

## EXISTE VIDA DEPOIS DO TOMBAMENTO?

### Arquitetura popular contemporânea e as tensões da preservação em conjunto tombado: o caso de Santo Antônio Além do Carmo (Salvador/BA)

Felipe Musse de Oliveira

FAU-UFBA | mussarq@gmail.com

---

#### EIXO TEMÁTICO: (5) Projeto, Tradição e Contemporaneidade

---

**Resumo:** este artigo analisa as transformações ocorridas no bairro de Santo Antônio Além do Carmo, em Salvador/BA, conjunto tombado desde 1984, à luz da noção de arquitetura popular contemporânea. Parte-se do entendimento de que o tombamento não suspende os processos de produção do espaço, mas os reconfigura sob novas condições normativas e simbólicas. A arquitetura popular é aqui compreendida não como categoria social restrita à escassez, mas como modo incremental de produção do espaço construído, orientado pelo uso cotidiano, pela adaptação progressiva e pela incorporação empírica de técnicas e materiais disponíveis. Com base em documentação histórica, levantamentos de campo e análise tipomorfológica, as intervenções populares contemporâneas são examinadas a partir de uma lógica adaptativa que, ao mesmo tempo em que assegura a permanência do uso e a vitalidade do conjunto, também pode produzir rupturas estruturais na forma urbana quando realizadas sem critérios morfológicos claros. Conclui-se que a arquitetura popular contemporânea no Santo Antônio constitui continuidade histórica sob novas condições sociais e econômicas. O desafio da preservação não reside em suprimir a transformação, mas em desenvolver instrumentos capazes de distinguir variações compatíveis daquelas que comprometem a lógica tipológica do conjunto.

**Palavras-chave:** arquitetura popular; preservação urbana; tipomorfologia, transformação incremental; Santo Antônio Além do Carmo

#### IS THERE LIFE AFTER HERITAGE DESIGNATION? Contemporary popular architecture and the tensions of preservation in a protected urban site: the case of Santo Antônio Além do Carmo (Salvador/BA)

**Abstract:** This article analyzes the transformations that have taken place in the neighborhood of Santo Antônio Além do Carmo, in Salvador/BA, a protected urban ensemble since 1984, through the lens of contemporary popular architecture. It assumes that heritage designation does not suspend the processes of spatial production, but rather reconfigures them under new normative and symbolic conditions. Popular architecture is understood here not as a social category restricted to contexts of scarcity, but as an incremental mode of producing built space, guided by everyday use, progressive adaptation, and the empirical incorporation of available techniques and materials. Based on historical documentation, field surveys, and typomorphological analysis, contemporary interventions are examined according to their adaptive logic, which, while ensuring

the continuity of use and the vitality of the ensemble, may also produce structural ruptures in urban form when carried out without clear morphological criteria. The study concludes that contemporary popular architecture in Santo Antônio constitutes historical continuity under new social and economic conditions. The challenge of preservation lies not in suppressing transformation, but in developing instruments capable of distinguishing compatible variations from those that compromise the typological logic of the protected ensemble.

Keywords: popular architecture; urban preservation; typomorphology; incremental transformation; Santo Antônio Além do Carmo.

### **¿EXISTE VIDA DESPUÉS DE LA PATRIMONIALIZACIÓN? arquitectura popular contemporánea y las tensiones de la preservación en un conjunto Urbano Protegido: El Caso de Santo Antônio Além do Carmo (Salvador/BA)**

**Resumen:** Este artículo analiza las transformaciones ocurridas en el barrio de Santo Antônio Além do Carmo, en Salvador/BA, conjunto urbano protegido desde 1984, a la luz de la noción de arquitectura popular contemporánea. Se parte del supuesto de que la protección patrimonial no suspende los procesos de producción del espacio, sino que los reconfigura bajo nuevas condiciones normativas y simbólicas. La arquitectura popular se entiende aquí no como una categoría social restringida a contextos de escasez, sino como un modo incremental de producción del espacio construido, orientado por el uso cotidiano, la adaptación progresiva y la incorporación empírica de técnicas y materiales disponibles. Con base en documentación histórica, trabajo de campo y análisis tipomorfológico, las intervenciones contemporáneas se examinan según su lógica adaptativa, que, al mismo tiempo que garantiza la continuidad del uso y la vitalidad del conjunto, puede generar rupturas estructurales en la forma urbana cuando se realizan sin criterios morfológicos claros. Se concluye que la arquitectura popular contemporánea en Santo Antônio constituye una continuidad histórica bajo nuevas condiciones sociales y económicas. El desafío de la preservación no radica en suprimir la transformación, sino en desarrollar instrumentos capaces de distinguir variaciones compatibles de aquellas que comprometen la lógica tipológica del conjunto protegido.

**Palabras clave:** arquitectura popular; preservación urbana; tipomorfología; transformación incremental; Santo Antônio Além do Carmo.

## 1. INTRODUÇÃO

A pergunta que intitula este artigo não é retórica. Ela expressa uma inquietação recorrente no campo da preservação urbana: até que ponto o ato de proteger um conjunto histórico consegue interromper os processos de transformação que sempre constituíram as cidades? O tombamento de um conjunto urbano se baseia na identificação e preservação de atributos formais considerados representativos de um determinado momento histórico. No entanto, a vida urbana não se suspende com a proteção legal. Usos são substituídos, famílias se reorganizam, demandas espaciais se alteram, tecnologias construtivas se difundem e novas lógicas econômicas passam a incidir sobre o território. A cidade segue sendo produzida, muitas vezes em tensão com os parâmetros institucionais de preservação.

O bairro de Santo Antônio Além do Carmo, integrante do Centro Histórico de Salvador e protegido desde 1984, constitui um campo privilegiado para examinar essa tensão. Nas últimas quatro décadas, as edificações do bairro experimentaram adaptações promovidas por moradores, reformas vinculadas ao turismo, conversões de uso e intervenções associadas a um processo recente de valorização imobiliária e gentrificação. Parte dessas transformações foi formalmente licenciada; outra parte ocorreu à margem da regulação institucional. Em todos os casos, contudo, é possível identificar padrões recorrentes de adaptação e transformação do espaço construído.

Para compreender tais transformações, este artigo parte da noção de arquitetura popular contemporânea, entendida aqui não como categoria social restrita a contextos de escassez, mas como um modo incremental de produção de edificações, orientado pelo uso cotidiano e pela adaptação progressiva, independentemente da condição socioeconômica dos agentes envolvidos. O foco desloca-se, assim, da irregularidade administrativa para as lógicas formais e construtivas que estruturam essas intervenções. Para fundamentar essa abordagem, é necessário começar revisitando o lugar ocupado pela arquitetura popular no campo disciplinar e nas políticas patrimoniais.

## 2. ARQUITETURA POPULAR: MARGINALIZAÇÃO DISCIPLINAR E LACUNA PATRIMONIAL

A despeito das mudanças conceituais que marcaram o campo da preservação a partir da segunda metade do século XX, a arquitetura popular permaneceu à margem das políticas de patrimonialização urbana. Mesmo quando o patrimônio passou a ser entendido como expressão de processos históricos e sociais mais amplos, manteve-se um viés seletivo que privilegiou camadas construtivas associadas ao período colonial idealizado ou a exemplares eruditos representativos de formas de poder político e simbólico (Motta, 1987).

No campo do patrimônio urbano, a arquitetura popular raramente foi tratada como objeto específico de valorização. Mesmo quando integrada aos perímetros protegidos,

sua presença foi legitimada sobretudo como componente da ambiência histórica, e não como expressão autônoma dotada de lógicas formais e construtivas próprias. Essa marginalização não decorre da irrelevância do objeto, mas da constituição histórica da disciplina arquitetônica que, como observa Jacques (2011), privilegiou a produção erudita e seus paradigmas compositivos. Tal enquadramento produziu um duplo efeito: por um lado, garantiu sua permanência física enquanto parte do conjunto; por outro, dificultou o reconhecimento de seus modos de produção e transformação como dimensões legítimas do patrimônio edificado. Como observa Sant'Anna (2013), a arquitetura popular, quando abordada, tende a ser capturada por perspectivas sociológicas ou antropológicas, permanecendo pouco explorada enquanto fenômeno arquitetônico. No âmbito das políticas de preservação, isso se traduz na ausência de critérios específicos para sua análise e regulação, fazendo com que intervenções populares sejam frequentemente percebidas como problema administrativo ou ameaça à integridade formal do conjunto, e não como continuidade de práticas construtivas historicamente enraizadas.

Essa lacuna revela uma contradição estrutural no campo da preservação urbana contemporânea. Ao longo das últimas décadas, especialmente a partir da ampliação conceitual promovida pelas cartas internacionais e pela consolidação da noção de patrimônio cultural imaterial, houve reconhecimento crescente do valor de práticas sociais, saberes construtivos e modos de fazer associados a comunidades tradicionais e populares. A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO (2003) representou inflexão importante ao deslocar o foco da preservação de objetos excepcionais para a valorização de práticas culturais vivas. No Brasil, a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, em 2000, institucionalizou esse deslocamento.

Contudo, esse reconhecimento não se traduziu automaticamente na incorporação plena da arquitetura popular enquanto forma construída dinâmica no campo do patrimônio edificado. O saber-fazer passou a ser valorizado; os mestres construtores, os ofícios e as técnicas tradicionais passaram a ser inventariados; mas os espaços resultantes dessas práticas continuaram enfrentando dificuldades de legitimação quando submetidos aos instrumentos normativos de preservação. Em outras palavras, o patrimônio imaterial foi progressivamente reconhecido, enquanto a arquitetura popular material permaneceu submetida a critérios formais que raramente contemplam sua lógica incremental.

Essa dissociação manifesta-se de maneira evidente nos procedimentos de licenciamento e análise de intervenções em imóveis situados em conjuntos tombados. Embora adaptações e modificações sejam, em certos casos, autorizadas pelos órgãos de preservação, sua viabilização costuma depender de um percurso técnico-burocrático alheio à lógica própria da arquitetura popular: elaboração de projetos formais, produção de desenhos técnicos especializados, estudos justificativos e cumprimento de ritos

administrativos que pressupõem a mediação de profissionais habilitados. A prática incremental, por sua própria natureza, não se organiza segundo esse modelo antecipatório. Ela emerge da necessidade concreta e consolida-se progressivamente, muitas vezes sem a formulação prévia de um projeto totalizante.

Adicionalmente, a formação disciplinar dos técnicos responsáveis pela análise patrimonial – historicamente orientada por paradigmas eruditos – tende a reforçar uma leitura formalista centrada na integridade compositiva e na manutenção de uma imagem estabilizada do conjunto. A ausência de normativas claras e específicas voltadas à compreensão das transformações populares amplia o caráter discricionário das decisões institucionais, fazendo com que intervenções semelhantes recebam tratamentos distintos conforme a interpretação individual do agente público. Nesse contexto, a arquitetura popular contemporânea permanece frequentemente percebida como elemento espúrio ou problema a ser contido, e não como prática arquitetônica dotada de racionalidade própria.

A contradição torna-se ainda mais evidente quando se considera que a permanência física de muitos conjuntos urbanos centrais esteve historicamente associada à ocupação contínua por camadas populares. Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1986) já destacava que áreas urbanas degradadas resistiam à ruína justamente porque permaneciam habitadas. A vitalidade desses tecidos urbanos não derivava da integridade material intocada, mas da capacidade de seus moradores de adaptar e transformar os espaços segundo suas necessidades. No entanto, quando esses mesmos processos de adaptação passam a incidir sobre áreas formalmente protegidas, são frequentemente interpretados como ameaça à autenticidade.

Sampaio (2023) chama atenção para os efeitos concretos dessa assimetria: a ausência de políticas específicas voltadas ao patrimônio residencial popular contribui para a perda ou descaracterização de exemplares significativos, seja por abandono decorrente de restrições excessivas, seja por intervenções realizadas sem diálogo com critérios morfológicos consistentes. A valorização discursiva do popular não se converte, assim, em instrumentos eficazes de gestão do espaço construído.

### **3. ARQUITETURA POPULAR CONTEMPORÂNEA NO SANTO ANTÔNIO ALÉM DO CARMO**

É nesse quadro de reconhecimento parcial e regulação insuficiente da arquitetura popular que se insere o caso do Santo Antônio Além do Carmo. O bairro constitui exemplo concreto das tensões entre as intervenções populares contemporâneas e preservação formal da arquitetura histórica, permitindo observar como a lacuna patrimonial anteriormente discutida se materializa no espaço construído.

À época da patrimonialização, as edificações do Santo Antônio eram predominantemente caracterizadas por casas térreas ou sobrados de dois pavimentos

com coberturas cerâmicas em duas águas, inseridas em lotes estreitos e profundos, majoritariamente implantadas em “L” e com quintais posteriores (figura 1). O tombamento reconheceu essa configuração e passou a incidir sua proteção sobre ela, restringindo tudo aquilo que pudesse prejudicar a harmonia do conjunto.

**Figura 1 - Representação esquemática da tipologia predominante e reconhecida no tombamento do Santo Antônio Além do Carmo.**



Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

Porém, mesmo após o tombamento, as transformações não cessaram; reorganizaram-se para operar em um limiar entre atender aos parâmetros de proteção, e evitar a fiscalização. O que se observa, a partir daí, não é uma ruptura imediata com as formas herdadas, mas um processo de reconfiguração gradual e progressivo que resultou em novas expressões construtivas referenciadas nas e adaptadas às preexistências.

Nesse ponto pode-se resgatar a visão de Panerai (2006), quando afirma que a arquitetura urbana é principalmente anônima, derivada de modelos e referências obtidos por meio de relações de vizinhança. Esses modelos são dependentes de conhecimentos tradicionais transmitidos por mestres de obras e artesãos, seguindo regulamentações simples e consensuais adquiridas pela experiência compartilhada.

Dessa maneira, essas intervenções conduzidas, em grande parte, por moradores, mestres de obras e pedreiros, com base em referências locais e estratégias empíricas, podem ser entendidas como uma continuidade do mesmo conhecimento popular que deu origem às edificações históricas que compõem o conjunto urbano, o qual foi reconhecido como patrimônio pela nossa geração. Convém lembrar, contudo, que essa prática não se restringe às camadas populares, mas atravessa todas as camadas sociais, pois, de acordo com pesquisa realizada pelo Datafolha para o CAU (2002), 85% das pessoas constroem sem o acompanhamento de um profissional qualificado, recorrendo a profissionais sem habilitação legal como mestres de obras e pedreiros, tanto por considerarem caros os serviços de arquitetos e engenheiros, quanto por acreditarem que não haveria necessidade desses profissionais na obra que seria realizada. Esse dado, embora de alcance nacional, ajuda a compreender que a lógica

incremental não constitui exceção periférica, mas prática disseminada no modo de produção do espaço construído no país, inclusive em contextos formalmente regulados.

Nesse sentido, Aymonino (1984, p.126) observa que, embora a arquitetura se transforme de forma individual, atendendo às necessidades e desejos dos moradores, sua inserção em um conjunto urbano a coloca inevitavelmente em relação com as formas vizinhas, influenciando e sendo influenciada por elas, fazendo com que a individualidade de cada elemento só se realize plenamente quando articulada à coerência do conjunto. Para o autor, essa relação entre a parte e o todo é uma das características fundamentais da arquitetura como fenômeno urbano. Após a satisfação de necessidades imediatas, surgem camadas de sentido – como a comparação, o desejo de distinção e a expressão estética – revelando um processo contínuo de negociação entre funcionalidade, identidade e contexto.

Essas formulações teóricas permitem compreender que as intervenções realizadas no Santo Antônio não operam como gestos isolados, mas como variações inseridas em um sistema relacional, no qual cada ampliação ou modificação dialoga, consciente ou inconscientemente, com o conjunto existente.

É nesse ponto que a discussão retorna ao conjunto tombado, onde essa lógica incremental permanece ativa: amplia-se conforme a necessidade ou oportunidade, não segundo projeto totalizante previamente concebido. A forma final resulta da acumulação, não de síntese antecipada.

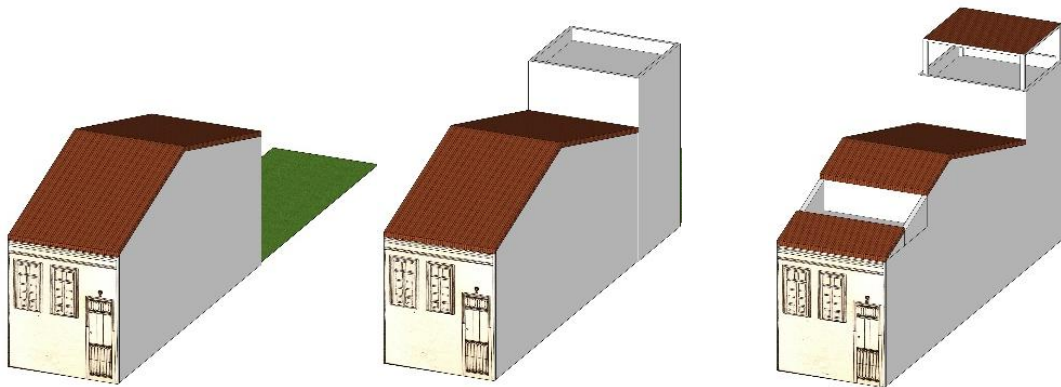
Para evitar a fiscalização, proliferaram anexos nos quintais, onde era mais difícil identificar a realização de obras, e fazendo com que os espaços livres nos fundos dos lotes se revelassem como reserva potencial para expansão, sem perturbar o conjunto tombado, contanto que a altura das novas intervenções ficasse oculta pela da linha da cumeeira. Entretanto, a ocupação do quintal por esses novos anexos acarretou a perda das suas funções de apoio e serviço para a casa. A solução adotada foi substituir o telhado pela laje, que além de assumir o papel da área livre passou a servir como plataforma de crescimento vertical. Aberturas de garagem surgiram como resposta à presença do automóvel. Terraços surgiram onde antes havia cobertura inclinada. A ampliação da família, a permanência de filhos adultos, a adaptação para aluguel temporário, a conversão para pousadas e restaurantes – tudo isso produziu adaptações sucessivas que reconfiguram a forma construída.

No levantamento realizado no bairro, foi possível identificar famílias recorrentes de transformação que revelam a materialidade dessa arquitetura popular contemporânea e sua inserção em tecido histórico consolidado.

No âmbito da implantação, observa-se a progressiva ocupação dos quintais por anexos construídos com estrutura de concreto armado, técnica construtiva popularizada nas últimas décadas, com grande flexibilidade e resistência, que possibilita a execução da

obra em etapas sucessivas. Esses volumes, inicialmente provisórios ou de caráter funcional – cozinhas ampliadas, depósitos, sanitários adicionais – acabaram por consolidar-se como extensões permanentes da edificação principal (figura 2). Em muitos casos, a ampliação ocorre sem eliminar completamente o quintal, mas reduzindo-o progressivamente até que o lote atinja quase total ocupação.

**Figura 2 - Ocupação incremental do quintal com anexos sucessivos**

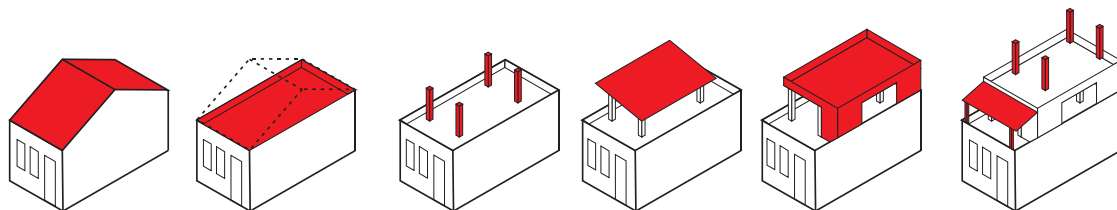


Crescimento gradual dos anexos no quintal até o ponto de se tornarem volumes independentes da preexistência.  
Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

Na dimensão volumétrica, a substituição do telhado cerâmico por laje plana constituiu operação central. A laje, inicialmente empregada para solucionar infiltrações ou facilitar manutenção, transforma-se em terraço, e posteriormente em base para novo pavimento (figura 3). Esse processo evidencia a temporalidade própria da arquitetura popular contemporânea: a forma final não resulta de decisão única, mas de sobreposições sucessivas. A consolidação de pavimentos recuados voltados à paisagem da Baía de Todos os Santos exemplifica como a lógica incremental dialoga com oportunidades econômicas recentes, especialmente aquelas associadas ao turismo e à valorização imobiliária.

8

**Figura 3 - Substituição gradual da cobertura tradicional por laje e consolidação de pavimento superior.**



Transformação gradual e incremental da cobertura de um imóvel histórico, passando por adequações para atender demandas contemporâneas de expansão.  
Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

No plano da fachada, as alterações revelam tensão mais direta com a imagem estabilizada pelo tombamento. A abertura de vãos para garagem, motivada pela incorporação do automóvel ao cotidiano doméstico, altera significativamente a relação entre cheios e vazios, frequentemente suprimindo o eixo vertical que organizava os pavimentos superiores. A substituição de esquadrias de madeira por modelos metálicos industrializados, o fechamento de varandas e a inserção de gradis ou equipamentos

técnicos introduzem variações na textura e na proporção do plano frontal. Ainda assim, em diversos casos, mantêm-se alinhamentos, ritmos e alturas que preservam certa continuidade visual do conjunto.

**Figura 4 - Alterações na composição das fachadas da Rua dos Carvões entre 1979 e 2025**



Alterações identificadas na composição de um conjunto de fachadas do bairro em estudo, no qual se destacam a manutenção ou a ruptura do ritmo, volumetria e revestimentos originais dos imóveis.  
Fonte: editado pelo autor sobre base cadastral do IPAC, 1979.

Essa materialidade concreta demonstra que a arquitetura popular contemporânea no Santo Antônio não se limita a um “puxadinho” periférico transplantado para o centro histórico. Ela dialoga com a matriz colonial, reinterpretando-a a partir de novas demandas. A cobertura inclinada é mantida parcialmente como fachada simbólica enquanto a laje se consolida no interior do lote; o sobrado preserva seus eixos verticais enquanto recebe acréscimos recuados; o quintal desaparece gradualmente, mas mantém vestígios de sua organização original. Nesse sentido, a arquitetura popular contemporânea não atua como resíduo tolerado do conjunto histórico, mas como agente ativo de sua transformação, produzindo novas camadas formais que passam a integrar a paisagem urbana.

A tensão com a preexistência emerge quando o processo incremental ultrapassa limites estruturais do tipo. O tipo colonial do bairro baseava-se na articulação equilibrada entre frente edificada e vazio posterior, na predominância da cobertura inclinada como elemento unificador do perfil urbano e na proporção relativamente homogênea entre altura e largura das testadas. Quando a ocupação elimina integralmente o quintal, quando a laje substitui completamente a leitura da cobertura tradicional ou quando a nova volumetria rompe a linha predominante da rua, instala-se descontinuidade perceptível. A variação deixa de operar como continuidade evolutiva do tipo e passa a configurar ruptura morfológica.

**Figura 5 - Encosta do Santo Antônio evidenciando o acumulado de intervenções**



Nessa imagem se evidencia o resultado do acúmulo de intervenções nos quintais, sem fiscalização, impossibilitando o reconhecimento, a partir dessa visual, como um bairro histórico.  
Fonte: o autor, 2025.

Nesse ponto, evidencia-se o impasse central da preservação urbana contemporânea: a mesma lógica adaptativa que garante permanência do uso e vitalidade do conjunto pode, quando acumulada sem critérios morfológicos claros, comprometer a coerência formal que fundamentou sua proteção. A arquitetura popular contemporânea no Santo Antônio revela, assim, não apenas a persistência de práticas construtivas incrementais, mas também a necessidade de instrumentos analíticos capazes de distinguir variação compatível de descaracterização estrutural. O conflito, portanto, não se estabelece entre preservação e transformação, mas entre diferentes lógicas de produção da forma urbana: uma normativa antecipatória, outra incremental e processual.

10

#### **4. CONCLUSÃO**

A análise do Santo Antônio Além do Carmo confirma que há, de fato, vida depois do tombamento. Essa vida não se apresenta como permanência inerte da forma protegida, nem como ruptura absoluta com a matriz histórica, mas como processo incremental de transformação conduzido por práticas de arquitetura popular contemporânea. Trata-se de um modo de produção do espaço que opera por sobreposições sucessivas, reinterpreta o tipo colonial e atualiza o tecido urbano a partir de demandas concretas de uso, permanência e oportunidade econômica.

No bairro, essa lógica manifesta-se na ocupação progressiva dos quintais, na consolidação de pavimentos sobre lajes, na adaptação das fachadas às novas exigências de circulação e conforto e na intensificação volumétrica associada à topografia da encosta. Essas operações revelam que a transformação não constitui anomalia recente, mas continuidade histórica do modo como o espaço doméstico brasileiro se organiza e se adapta ao longo do tempo. A diferença, no contexto patrimonial, é que tais processos passam a incidir sobre forma estabilizada por instrumento legal de proteção.

A arquitetura popular contemporânea no Santo Antônio não pode ser reduzida à irregularidade administrativa, tampouco romantizada como expressão espontânea sempre virtuosa. Ela constitui prática arquitetônica dotada de racionalidade própria, que pode tanto operar como variação compatível do tipo quanto produzir descontinuidade morfológica quando ultrapassa limites estruturais da matriz histórica. A tensão não reside na transformação em si, mas na ausência de critérios capazes de distinguir continuidade evolutiva de ruptura estrutural.

Nesse sentido, o caso analisado evidencia os limites das políticas de preservação centradas predominantemente na integridade visual das fachadas e na manutenção de uma imagem idealizada do passado. Ao privilegiar a aparência estabilizada do conjunto, tais políticas frequentemente deixam de enfrentar as dinâmicas incrementais que, de fato, moldam o espaço construído. A lacuna patrimonial identificada neste artigo não se refere à inexistência de instrumentos de proteção, mas à insuficiência de ferramentas analíticas capazes de incorporar a arquitetura popular contemporânea como dimensão legítima do patrimônio edificado.

Reconhecer essa condição implica deslocar o debate da oposição entre conservação e transformação para uma abordagem tipomorfológica mais qualificada, capaz de compreender o tipo como sistema evolutivo. Se, conforme apontam Muratori e Panerai, o tipo se perpetua por meio da variação, então a permanência do patrimônio urbano depende não da imobilização da forma, mas da mediação consciente de seus processos de adaptação.

O tombamento não suspende a história. No Santo Antônio Além do Carmo, a arquitetura popular contemporânea demonstra que a vitalidade do conjunto está vinculada à sua capacidade de ser habitado, transformado e reinterpretado. O desafio colocado à preservação urbana contemporânea não é impedir essa dinâmica, mas construir critérios capazes de orientá-la, distinguindo transformações que prolongam a lógica do tipo daquelas que comprometem sua estrutura. É nesse campo de tensão — entre continuidade e ruptura, uso e norma, permanência e mudança — que se decide o futuro dos conjuntos históricos vivos

## 5. REFERÊNCIAS

AYMONINO, Carlo. **O significado das cidades**. Lisboa: Presença, 1984.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR). **Pesquisa 2022**. Brasília: CAU/BR, 2022. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/pesquisa2022/>. Acesso em: 26 jan. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. **Levantamento cadastral de imóveis do centro antigo da cidade do Salvador**: subdistrito do Passo – zona norte [plantas], Salvador, 1979-1981.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga**: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. 4ª.ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 22, 1987, pp. 108-122.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

SAMPAIO, Andréa da Rosa. **Patrimônio Cultural e Moradia Popular**: um guia da cidade do Rio de Janeiro. Volume 1 - Área Central. 1ª. ed. Niterói: PPGAU - UFF / Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2023. 250p. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/32807/Guia-do-Patrimonio%20e%20moradia%20popular-revX-pg%20dupla.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

SANT'ANNA, Marcia Genésia. Arquitetura popular: espaços e saberes. **Políticas Culturais em Revista**, Volume 6, nº 02, pp. 40-63, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/9896>. Acesso em 10 dez. 2025.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo. São Paulo: in: **Revista Projeto**, v. 86, p. 59-63, 1986.